BOLETIM

PROEALC

Centro de Ciências Sociais / CCS - Setembro-Outubro de 2002 - ISSN 2175-9103 14

8

Boletim Número 14
Data: Setembro-Outubro/2002

EDITORIAL

O décimo quarto número do Boletim PROEALC chega ao público em um momento significativo da história da América Latina: a eleição de Lula para Presidente, resposta dos brasileiros de todas as classes ao Consenso de Washington. A prova concreta que o tipo de globalização imposta pelo neoliberalismo não atende aos interesses dos povos latino-americanos, que começam a ensaiar uma reação, política e social, contrárias aos interesses imperialistas. Essa expressiva vitória eleitoral, porém, não nos deve iludir em relação às grandes dificuldades que o governo brasileiro vai enfrentar nas relações internacionais. Desse modo, nesta edição, apresentamos reflexões acerca da importância que terão questões como as negociações para a criação da ALCA, plano fundamental para a consolidação da hegemonia norte-americana sobre todo o continente, e o interesse dos EUA sobre a base de Alcântara, que afronta diretamente a soberania nacional.

A ALCA vem sendo divulgada mais como uma imposição do que como uma opção, a ponto do Sr. Robert Zoellick, chefe do escritório de comércio dos EUA, ofensivamente declarar que o Brasil não tem outra opção senão atrelar-se à Alca. Do contrário, só restaria ao país fazer comércio “mais ao sul, com a Antártida”. Como observa René Báez em artigo divulgado neste boletim, após a Guerra-Fria, os EUA têm a necessidade estratégica de conformar, em toda a América, o seu próprio bloco econômico, como suporte de sua hegemonia político-militar mundial. Por detrás da urgência de Bush para que a ALCA opere já partir de 2005 está o objetivo de neutralizar todas as políticas protecionistas e desenvolvimentistas ao sul do Rio Grande. Por isto tanto lhes incomoda um eventual fortalecimento do MERCOSUL, projeto de integração que, fora de sua influência, reivindica princípios de protecionismo comercial e financeiro, atendendo aos interesses dos membros sul-americanos. A ALCA vem camuflando, em negociações econômicas, o remoçado intervencionismo militar norte-americano.

As razões político-militares e econômicas que guiam o projeto dos EUA necessitam ser aclaradas se quisermos consolidar a verdadeira democracia na América Latina. Não podemos ignorar que os EUA obtiveram o controle da Base Militar de Manta, no Equador. Apoiaram o golpe de Estado na Venezuela, e tentaram interferir nas eleições bolivianas através de declarações de seu embaixador, o que provocou um efeito contrário, com a maioria no congresso sendo obtida pelos representantes dos camponeses cocaleros. Vem aumentando a intervenção na guerra civil colombiana, enviando cada vez mais “assessores militares” e mercenários para combater a insurgência marxista, com o hipócrita argumento do “combate às drogas”. Todas estas ações, que afrontam a soberania dos povos latino-americanos, mais recentemente, vem sendo acompanhadas do alarde sobre um possível “eixo do mal” latino, conformado por Cuba, Venezuela e pelo Brasil de Lula. Os EUA não admitem ver sua hegemonia no continente ameaçada e, não respeitando soberanias nacio-nais, buscam bases militares na região de onde possam, se necessário manu-militari, impedir que qualquer governo contrarie seus interesses.

Segundo o pesquisador argentino Claudio Katz, através da ALCA se tenta reforçar a intervenção militar dos EUA na Colômbia, e a pressão diplomática para alinhar os governos latino-americanos contra os países demonizados pela Casa Branca. Devemos resistir!

Silene de Moraes Freire e Bruno Jorge de Oliveira Pedreira

Em Foco I

Lula: uma estrela de esperança nos céus da América Latina

Silene de Moraes Freire*

O imenso território brasileiro vivenciou, através das eleições para presidente, uma experiência extremamente relevante, que representa uma exceção ao longo de sua centenária trajetória. Um povo majoritariamente pobre, com 12 milhões de desempregados, com um número indefinido de subempregados, com uma grande marginalização social e um terrível quadro de miséria explicita, além de uma total vulnerabilidade externa a que foi submetido durante oito anos de governo neoliberal, elegeu no dia 27 de outubro de 2002 um retirante nordestino, operário metalúrgico, fundador da nova esquerda, sem diploma universitário, orador fluente que às vezes tropeça no idioma. Ou seja, elegeu para Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.

Não é casual que não exista entre os sobrenomes no Brasil, outro tão comum, tão sem valia como Silva. Silva para muitos é crachá que não identifica, placa que não sinaliza ou como diria Millôr Fernandes, é o "anonimato assinado". Tornou-se tão comum que individualmente deixou de existir, sendo a denominação perfeita para os milhões de excluídos desse país. Silva é a cara do país: o "Brasil da Silva", que encontrou a sua identidade.

Cerca de cem milhões de brasileiros elegeram Lula e transmitiram uma mensagem muito clara: o desejo de mudanças. Lula chega à presidência com a maior votação recebida por um candidato em todo o mundo, a exceção de Reagan no início dos anos 80 nos EUA, mas esta não é a singularidade que vai lhe garantir um lugar na história. Essa eleição revelou ao mundo a existência, no hemisfério sul, de um povo mais consciente e em processo de amadurecimento, disposto a limpar a mancha da dependência externa e das iniqüidades sociais presentes ao longo de cinco séculos de história. O Brasil que saiu das urnas recentemente, despertou admiração nos países e povos, sobretudo latino-americanos: é uma nação que adentra o século XXI preparada para viver sob um regime democrático, autêntico e no gozo pleno da soberania nacional. Tornando-se enquanto civilização tropical, uma chave estratégica no hemisfério sul, alvo privilegiado na luta que a superpotência do norte move hoje pela hegemonia mundial.

A vitória de Lula tem vários significados, ela evidencia o fracasso e a derrota do governo de Fernando Henrique Cardoso, explicita a manifestação do povo em torno da grande polarização que se instalou no país desde 1989, e o fez majoritariamente a favor de uma delas. Ou seja, a eleição de Lula fez justiça à grande divisão que o Brasil viveu entre a prioridade da estabilidade monetária e a quebra das políticas sociais. Ao confirmar Lula lá, o eleitor também manifestou uma certa consciência de que o modelo neoliberal se esgotou, não apenas no Brasil, mas em escala internacional. A crise e o abandono da Argentina, a situação uruguaia, peruana, equatoriana e as mudanças na política econômica dos próprios EUA demonstram que estamos vivendo realmente o fim de uma era, onde se abrem perspectivas para um novo período histórico, definido por Emir Sader como pós-neoliberalismo. Em realidade, essa vitória representa o potencial democrático e popular da esquerda latino-americana, renovada em sua linguagem e sua capacidade de alianças, portanto recuperada em sua possibilidade de se tornar o eixo das forças que desejam romper com o neoliberalismo.

A natureza do mandato do qual Lula será investido, é extremamente diferenciada dos mandatos a que estávamos acostumados: ele veio satisfazer a expectativa de mudança para melhor da esmagadora maioria da sociedade brasileira, que havia perdido o direito de ter esperança. Seu sucesso poderá abrir um novo capítulo na história da esquerda e na luta pela construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo. O Brasil, assim como toda a América Latina, poderá renascer, através da eleição desse presidente e mudar rapidamente de cara, se transformando nos próximos anos. A tarefa mais importante para a esquerda será a de construir projetos estratégicos para o continente que, mais além das eleições e do plebiscito da Alca, representem um horizonte para projetos nacionais, regionais e continentais, com a retomada ampliada e reformulada do Mercosul, além de novas formas de alianças no plano internacional para os países do continente.

*Doutora em Sociologia, Coordenadora do PROEALC, Professora da FSS/UERJ.

Em Foco II

Especial Plebiscito contra a ALCA

Plebiscito Nacional sobre a ALCA e Alcântara: Manifesto

Nós, entidades da sociedade civil brasileira que compomos a Campanha Jubileu Sul - Brasil, organizamos um Plebiscito Nacional com o objetivo de informar, ouvir e debater com a população a respeito da aceitação ou não da proposta estadunidense de implantação de uma Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.
Foram três as questões submetidas ao voto popular:

O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?
O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?
O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?

As três questões referem-se ao tema constitucional da soberania do Brasil. A ALCA visa a constituir-se num tratado que teria força maior que as constituições dos países signatários. Por isso a participação nas negociações configura-se como uma prática inconstitucional. A Base de Lançamentos de Alcântara faz parte da estratégia de implantação de bases militares estadunidenses no Continente. O conjunto dessas estratégias conforma um projeto de controle econômico, político e militar hemisférico por parte da potência que deseja ser hegemônica em todo o mundo.

O Plebiscito Nacional sobre a ALCA e Alcântara foi realizado em todos os vinte e sete estados da Federação, em quase 4 mil municípios e envolveu mais de 150 mil pessoas voluntárias de centenas de organizações populares, movimentos sociais do campo e da cidade, igrejas, sindicatos, federações sindicais, entidades estudantis, movimentos de mulheres, associações profissionais, ONGs e partidos políticos. Desde o início deste ano, incontáveis debates públicos foram realizados em todo o país. Neles informamos a população sobre as propostas da ALCA e de Alcântara e convidamos as cidadãs e cidadãos a se manifestarem livremente no Plebiscito, realizado na Semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro. No último dia de votação celebramos o Grito dos Excluídos com manifestações massivas sob o lema «Soberania não se negocia».

Foram os seguintes os resultados do Plebiscito Nacional sobre a ALCA e Alcântara computados nacionalmente até o momento:

Total de Votantes no Plebiscito – 10.149.542
Total de urnas apuradas – 41.758
Questão 1 - O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA?
Sim 113.643 (1,12%)
Não 9.979.964 (98,33%)
Brancos 32.291 (0,32%)
Nulos 23.738 (0,23%)
Questão 2 - O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?
Sim 341.593 (3,37%)
Não 9.737.190 (95,94%)
Brancos 47.470 (0,47%)
Nulos 23.289 (0,23%)
Questão 3 - O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?
Sim 66.219 (0,65%)
Não 10.006.740 (98,59%)
Brancos 1.100 (0,01%)
Nulos 21.547 (0,21%)

Os resultados indicam que a cidadania brasileira rejeita de forma clara e contundente: a assinatura do tratado da ALCA pelo governo brasileiro; a continuidade da participação do governo brasileiro nas negociações da ALCA e a entrega da Base de Alcântara pelo governo brasileiro para controle militar dos Estados Unidos.

Os números do Plebiscito Nacional sobre a ALCA e Alcântara revelam a mais profunda aspiração da sociedade brasileira pela construção de uma nação verdadeiramente livre e soberana, onde o povo seja o dono de seu destino. Uma nação onde não haja exclusão social, nem injustiça, nem fome, nem miséria. Uma nação capaz de promover uma outra integração, baseada no respeito à diversidade cultural e à soberania dos países membros, na eqüidade das relações comerciais e na solidariedade entre os povos. A sociedade brasileira rejeita o projeto estadunidense de recolonização econômica, comercial e militar, e aspira por um projeto próprio de desenvolvimento.
Não é a primeira vez que assim se expressa a nossa cidadania. No ano 2000, a mesma constelação de forças sociais, articuladas pela Campanha Jubileu Sul – Brasil, organizou o Plebiscito sobre a Dívida Externa. Nele mais de 6 milhões de votantes expressaram a sua vontade de libertar a Nação do jugo das dívidas externa e interna e dos ajustes impostos pelo FMI, que também inviabilizam a construção de um projeto próprio de desenvolvimento.

A cidadania brasileira tem dado, assim, sucessivas mostras de maturidade e vontade política, sempre disposta a participar quando solicitada, sempre indicando sua ânsia por um presente e um futuro de liberdade, dignidade e justiça. Ao contrário do que dizem as chamadas elites, o povo brasileiro se interessa e deseja participar dos grandes debates e decisões acerca de nosso presente e futuro enquanto Nação.

O Plebiscito sinaliza aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Brasil, ao governo dos Estados Unidos e às grandes corporações transnacionais, que o povo brasileiro não abre mão de forjar seu próprio destino. Reafirma para os povos irmãos das Américas que partilham com o nosso a organização da Campanha Continental contra a ALCA, que o povo brasileiro não abre mão de lutar, sempre e em todo o lugar, por uma nação e um Continente livres da exploração neocolonial e de toda injustiça; por uma nação e um Continente em que caibam todas as cidadãs e cidadãos plenos de dignidade e de direitos.

Os resultados do Plebiscito Nacional sobre a ALCA e Alcântara são a afirmação clara de que é possível a construção de um mundo sem dominação de uma nação sobre as demais; em que a economia esteja a serviço dos povos; em que as relações entre as pessoas e entre as nações estejam baseadas na igualdade e no respeito às diferenças; um mundo, enfim, em que caibam todos os mundos, todas as culturas, todas as aspirações de todos os povos.

O Plebiscito Nacional sobre a ALCA e Alcântara é o início de uma campanha que tem como metas retirar o Brasil das negociações da ALCA, barrar sua implantação no Brasil e no continente e conservar a Base de Alcântara sob o controle nacional. Que os três Poderes da República ouçam este clamor! Que a sociedade continue se educando, se informando e se mobilizando para construir uma América livre, justa, soberana e solidária.

As Campanhas Continental e Nacional contra a ALCA e a vitoriosa iniciativa do Plebiscito Nacional sobre a ALCA e Alcântara dão continuidade às lutas pela independência do nosso país e do nosso Continente, herdam a grandeza histórica e os valores de justiça e igualdade dessas lutas.

SOBERANIA SIM, ALCA NÃO!
UMA OUTRA AMÉRICA É POSSIVEL!
SÍ A LA VIDA, NO AL ALCA!
OTRA AMÉRICA ES POSIBLE!
Brasília, 17 de setembro de 2002 - Campanha Nacional contra a ALCA
(*artigo datado de 17/09/2002, retirado da Home-Page da ALAI, América Latina en Movimiento - http://alainet.org/).

Em Foco III

Especial o Brasil e o Imperialismo dos EUA

As ameaças dos EUA e os interesses do Brasil

José Reinaldo Carvalho*

Diante da probabilidade de uma qualitativa mudança no poder nacional brasileiro, com a quase certa vitória de Lula no próximo dia 27, os círculos de poder pretensamente supranacionais, nomeadamente o imperialismo norte-americano, começam a se manifestar, apresentar condicionamentos, explicitar restrições e exercer ilegítimas, descabidas pressões. A Conferência das Américas, organizada pelo jornal "The Miami Herald", nos últimos dias na capital da Flórida, foi o cenário escolhido pelo governo estadunidense para mandar recados, dar avisos e fazer veladas ameaças, o que é uma demonstração do tipo de conflito que poderá surgir nas esferas comercial, financeira e diplomática entre o gigante do Sul e o império do Norte. As autoridades norte-americanas escaladas para o confronto antecipado deram a senha na citada conferência de que o governo Bush está armando três "bombas" contra o Brasil.

A "bomba" financeira

Coube ao subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Kenneth Dam, armar o primeiro artefato. Depois de tecer rasgados elogios àqueles que têm conduzido o Brasil à bancarrota, o ministro da Fazenda Pedro Malan e o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, e de fazer coro com a campanha de José Serra ao atribuir a atual turbulência financeira ao nervosismo do mercado (sic!) quanto ao resultado eleitoral, o subsecretário disse que o seu governo está disposto a colaborar com um eventual governo Lula, desde que este adote "políticas sadias". E como se estivesse falando sobre a gestão financeira de sua própria cozinha – uma vez que sobre a do governo norte-americano não tem autoridade para opinar, a julgar pela desordem em que estão as finanças do país – o subtesoureiro pontificou, dando receitas sobre o equilíbrio orçamentário, o controle da inflação e o respeito aos contratos, ou seja, o religioso pagamento das dívidas. Entrou no detalhe, pregando sem cerimônia a necessidade de o Brasil "manter a prudência fiscal e dar passos concretos para afastar os empecilhos ao crescimento, como a atual estrutura tributária". Fazendo chantagem aberta, Kenneth Dam ameaçou: "O dinheiro do FMI – referindo-se ao crédito de 30 bilhões de dólares previsto no último acordo do governo brasileiro com a instituição – está lá, desde que as políticas corretas também estejam".

No momento em que essas declarações são feitas, o Brasil está vivendo os efeitos mais perversos da política econômica praticada pelo governo de FHC, sob monitoramento do FMI e do Tesouro norte-americano. A moeda deprecia-se persistentemente, a dívida pública – externa e interna – assume feição explosiva, a recessão bate às portas sob os efeitos de taxas de juros estratosféricas. A banca internacional, governos estrangeiros e investidores em geral perdem a confiança no mercado Brasil. O default é iminente.

Se é assim, então escorche-se o país, seja qual for o governo, imponha- se-lhe uma política econômica e financeira, inclusive um plano de contingência para o caso de a insolvência se tornar inevitável. É esse o sentido das declarações do sr. Dam e o que as torna inaceitáveis.

A "bomba"comercial

Veio do sr. Robert Zoellick, chefe do escritório de comércio dos EUA, a declaração mais desdenhosa e ofensiva. Segundo ele, o Brasil não tem outro destino senão atrelar-se à Alca. Do contrário, que vá fazer comércio "mais ao sul, com a Antártida". Foi com essa grosseria que o governo norte-americano reagiu às reiteradas e justas declarações de Lula de que a Alca não é um processo de integração, mas de anexação aos Estados Unidos. Grosseria que encerra também a ameaça de isolar o Brasil não só dos EUA mas dos nossos vizinhos latino-americanos e parceiros de todas as Américas. A realidade, porém, mostra o inverso. Isolada é a posição dos EUA que pretende forçar a abertura dos mercados dos demais, impondo-lhes rebaixamento

tarifário sem a contrapartida de retirada das restrições não tarifárias. Os EUA querem o nosso mercado enquanto na prática fecham o seu.

A "bomba"dos "valores"

Não poderia faltar em todo esse arsenal pelo qual os EUA interferem abusivamente nos assuntos brasileiros uma arma de natureza política. Eis que o sr. Otto Reich, subsecretário de Estado para a América Latina foi encarregado de brandir a exigência de apego do futuro governo brasileiro aos "valores" dos Estados Unidos – "a promoção dos direitos humanos e da democracia, sem tentar redefini-los, o oferecimento de oportunidades para seu povo, a não interferência nos assuntos de vizinhos, por exemplo abrigando terroristas". Não faltaram alusões ao suposto eixo Brasília – Caracas – Havana e a gestos do eventual governo Lula que comprometeriam as relações do Brasil com os Estados Unidos. Aqui não basta replicarmos com o não reconhecimento de autoridade moral e política aos Estados Unidos e ao designado funcionário para pregar respeito a "valores", mas é o caso também de aproveitarmos a deixa para dar o recado do povo brasileiro a todas essas insolentes afirmações.

(* extraído de artigo datado de 18/10/2002, retirado da Home-Page da ALAI, América Latina en Movimiento - http://alainet.org/).

Em Foco IV

Especial ALCA e Plano Colômbia

El ALCA, el Plan Colombia y las urgencias de la Casa Blanca

René Báez*

El Area de Libre Comercio de las Américas (ALCA), proyecto promovido por Estados Unidos desde la Cumbre de Miami de l994, constituye el más reciente capítulo de la doctrina panamericana preconizada por Washington desde los tiempos de James Monroe. En la pos-Guerra Fría, la necesidad estratégica estadounidense de conformar su propio bloque económico (el "área americana") como soporte de su hegemonía político- militar mundial explican el interés de la Casa Blanca por impulsar ese plan unionista. El gobierno de George W. Bush le ha conferido un impulso fundamental al proyecto con la reciente aprobación por el Congreso del texto denominado Autoridad para la Promoción Comercial (TPA o "vía rápida"), ley que le faculta a negociar acuerdos comerciales bilaterales sin el requisito anterior de la mediación parlamentaria. ¿Qué hay detrás de la urgencia de Bush para que el acuerdo integracionista opere a plenitud a partir del cercano 2005? Al parecer, las tres razones siguientes: enjugar la recesión estadounidense, contener la influencia europea en la región y neutralizar políticas proteccionistas al sur del Río Grande y, finalmente, camuflar en las negociaciones económicas el remozado intervencionismo militar norteamericano. Desglosemos estos factores.

El auge de la economía norteamericana durante la era Clinton – el más importante en la posguerra después del "boom" Kennedy-Johnson – colapsó a fines del 2000, envuelto en la debacle de la Nueva Economía. Esta inflexión del ciclo económico norteamericano estuvo signada no solo por la caída de las inversiones sino también por un espectacular descenso de las exportaciones, tendencia que se agudizó en el 200l. En el segundo trimestre de este último año – poco antes del ll-S – las ventas externas de Estados Unidos cayeron el l2%, lo que determinó que la administración republicana enfatizara en la conveniencia de acelerar la conquista de nichos comerciales en América Latina y el Caribe. El segundo motivo tiene que ver con el hecho de que Washington y las corporaciones de EE. UU. no se encontraban precisamente felices con los acuerdos comerciales suscritos por los europeos en el marco de las cumbres iberoamericanas. Igualmente les incomoda una eventual consolidación del MERCOSUR, proyecto de integración que reivindica principios de proteccionismo comercial y financiero. Para desalojar a los intrusos y para que el libre mercado funcione conforme a las prescripciones de Washington, nada mejor que presionar por el ALCA, cuyas bondades para Estados Unidos han sido ampliamente demostradas por el Tratado de Libre Comercio (TLC), convenio en el cual se inspira el instrumento en ciernes. Finalmente, las razones político-militares no son extrañas a la propuesta washingtoniana. El investigador argentino Claudio Katz las expone de modo convincente: "Desde

hace varios años una escalada de rebeliones populares conmueve a muchos países de América Latina. Estos movimientos acentúan la erosión de distintos sistemas políticos, que han perdido legitimidad por su incapacidad para satisfacer los reclamos populares. El descreimiento en los regímenes vigentes precipita la interrupción de mandatos (Perú), la disgregación de gobiernos (Ecuador), el colapso de estados (Colombia) y la desintegración de partidos tradicionales (Venezuela, México). A través del ALCA se intenta reforzar la intervención militar encubierta de Estados Unidos en Colombia, el rearme regional asociado a 'lucha contra el narcotráfico', los ejercicios bélicos tipo Vieques y la presión diplomática para alinear a los gobiernos latinoamericanos en sanciones contra los países demonizados por la Casa Blanca". En esta vertiente habría que inscribir las presiones del Departamento de Estado para que algunos países latinoamericanos, entre ellos Ecuador, confieran patente de corso frente a la Corte Penal Internacional a tropas y funcionarios estadounidenses por crímenes de guerra que pudieran cometer en estos territorios.

(*artigo datado de 01/10/2002, retirado da Home-Page da ALAI, América Latina en Movimiento - http://alainet.org/).

Livros lançamentos

* Marketing do Terror, de Francisco Paulo de Melo Neto. Contexto, 2002.
* Mercosul em Debate, org. de Silene de Moraes Freire. EdUERJ, 2001.

Agenda Acadêmica

• **51o Congreso Internacional de Americanistas** - "Repensando las Américas en los umbrales del siglo XXI". Santiago, Chile, 14-18 Julio 2003. Simpósio: EPS-17 (Estudios Políticos, Sociales y Económicos - EPS. Título: Dessarrollo, Democracia y Integración en América Latina. Coordenação Geral: Dra. Silene de Moraes Freire. Informações no PROEALC.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA
• 1 a 7 de Setembro de 2002: Realização do Plebiscito Nacional sobre a ALCA.
• 7 de Setembro de 2002: Grito dos Excluídos, encerramento do Plebiscito e início da contagem dos votos.
• 17 e 18 de Setembro de 2002: Divulgação dos resultados do Plebiscito e mobilização em Brasília.
• Novembro de 2002: 10a Plenária Social da Campanha Nacional Contra a ALCA.

Maiores informações:
CAMPANHA NACIONAL CONTRA A ALCA
Campanha Jubileu Sul/Brasil - Plebiscito Nacional sobre a ALCA: Rua Glicério, 221 - Bairro Liberdade 01514-000 - São Paulo - SP. Fone/Fax: (0xx11) 3341-0201.
E-mail: jubileusul@ieg.com.br
Site de referência: www.jubileusul.hpg.com.br

Expediente

Reitor
Profª Nilcéia Freire
Vice-reitor
Profº Celso Pereira de Sá
Sub-reitor de Graduação
Profº Dr. Isac José Vasconcellos
Sub-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Profª Dra. Maria Andréa Loyola
Sub-reitor de Extensão e Cultura
Profº Dr. André Lázaro
Diretora do Centro de Ciências Sociais
Profº Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves
Coordenadora do PROEALC
Profª Dra. Silene de Moraes Freire
Editora Responsável
Profª Dra. Silene de Moraes Freire

Assistente Editorial
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ)
Rosane Rezende de Lima (PROEALC/CCS/UERJ)
Coordenação de Produção
Aline Silveira de Assis (PROEALC/FSS/UERJ)
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ)
Janaina Bilate Martins (PPGSS/FSS/UERJ)
Colaboradores
Douglas Ribeiro Barboza (PROEALC/FSS/UERJ)
Projeto Gráfico
Érica Fidelis (NAPE/DEPEXT/UERJ)
Diagramação
Bruno Jorge de Oliveira Pedreira (PROEALC/CCS/UERJ)
Revisão
Janaina Bilate Martins (PPSFSS/UERJ)